

**Hans Christoph Binswanger**

# **Dinheiro e magia**

Uma crítica da economia moderna  
à luz do *Fausto* de Goethe

Tradução:  
Maria Luiza X. de A. Borges

Tradução dos versos de Goethe:  
Marcus Vinicius Mazzari

Com uma apresentação à edição brasileira  
e o posfácio  
“Fausto e a tragédia do desenvolvimento brasileiro”

por

Gustavo H.B. Franco

**ZAHAR**

Rio de Janeiro

*Para Urs Wyss*

Título original:

*Geld und magie: Eine ökonomische deutung von Goethes Faust*

Copyright © 2010, Murmann Verlag GmbH, Hamburgo

Copyright da apresentação e do posfácio © 2011, Gustavo H.B. Franco

Copyright da edição em língua portuguesa © 2011:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de São Vicente 99 1º andar

22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel.: (21) 2529-4750 / fax: (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br

www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo  
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Projeto gráfico e composição:

Capa:

Ilustração da capa:

Apoio: Rio Bravo Investimentos

(entra ficha catalográfica)

## Sumário

*Apresentação à edição brasileira:*

### **Uma introdução à economia do *Fausto* de Goethe**

por Gustavo H.B. Franco

O mito e a grandeza de Fausto / As origens / De Marlowe a Goethe: Fausto renovado / *Fausto zero*: a primeira parte / Um novo contrato para uma nova lenda / *Fausto 2*: o enredo da era moderna

### **DINHEIRO E MAGIA**

#### **Uma crítica da economia moderna à luz do *Fausto* de Goethe**

##### **1. A economia moderna como processo alquímico:**

Uma interpretação econômica do *Fausto* de Goethe

O Fausto histórico como alquimista

Alquimia: produção de ouro artificial e conquista da transitoriedade

“*Fausto* é um drama alquímico do começo ao fim”

A “junção química” do mercúrio com o enxofre

Do ouro ao dinheiro

Mercúrio filosofal, o primeiro estágio do processo alquímico

Enxofre filosofal, o segundo estágio do processo alquímico

Sal filosofal, o terceiro estágio do processo alquímico

A obra máxima

A economia moderna: uma continuação da alquimia por outros meios

A economia como ato de criação

Ação e iniquidade

O sucesso do processo alquímico é a causa de seu fracasso

O tempo torna-se senhor

*Plus ultra*

## **2. O homem como senhor do tempo?:**

Economia, ciência e arte como tentativa faustiana de superar a transitoriedade

Em busca do caminho para a árvore da vida

O caminho da ciência

O caminho da arte

Ciência, arte e a economia em competição com o tempo

A economia como domínio do tempo

## **3. Goethe e a economia**

A economia na prática: tarefas econômicas na corte de Weimar

O modelo de Justus Möser: o liberal moderado

Johann Georg Schlosser e a fisiocracia: a ideia de “necessidades imaginárias”

Georg Sartorius e a teoria de Adam Smith: concordância e críticas

Uma base ética para a economia?

Progresso tecnológico e “Os grandes projetos”

O erro saint-simoniano

A crítica da energia mecânica e “O aprendiz de feiticeiro” de Simonde de Sismondi

O dinheiro como entidade básica

*Posfácio:*

### **Fausto e a tragédia do desenvolvimento brasileiro**

por Gustavo H.B. Franco

Enredos econômicos e mitológicos para a época de Goethe / A invenção do dinheiro: a outra alquimia / John Law e os *Assignats* / A vitória do papel / O modelo fáustico de desenvolvimento

*Referências bibliográficas*



## **Fausto e a tragédia do desenvolvimento brasileiro**

Gustavo H.B. Franco

Um dos diretores que encenou o *Fausto* na íntegra, ainda que com muitos cortes, na verdade o primeiro que conseguiu este feito nas Ilhas Britânicas, em 1985, fez uma observação tão provocativa quanto óbvia sobre o “encaixe” entre a tragédia do erudito, cerne da primeira parte, e a do desenvolvimento, base da segunda: ele notou que os sessenta anos gastos na composição da peça correspondem aproximadamente ao período entre a invenção do avião em 1903,<sup>1</sup> e a primeira viagem na órbita da Terra em voo tripulado por Yuri Gagárin (1961).<sup>2</sup> Com mais alguns anos o homem pisaria na Lua, e o evento seria transmitido pela TV para o mundo inteiro.

As percepções sobre a relação entre o homem e o espaço mudaram radicalmente nesses anos, e com certeza o mesmo se passou com Goethe no tocante ao modo como acompanhava o processo de desenvolvimento econômico ocorrido durante o tempo de composição do *Fausto*. Está aqui, na verdade, uma boa explicação para o “poder profético” da obra: o velho poeta teve paciência para observar o desenrolar dos acontecimentos, suas moedas de cobre e prata se tornaram ouro, como relata na famosa passagem dos diálogos com Eckermann.<sup>3</sup> Assim, em boa medida, pôde construir sua nova versão da lenda *como história*, ou mais precisamente como alegoria para a história, sem o risco de entrar diretamente em debates sobre uma *teoria* para a história econômica, ainda que pudesse perfeitamente fazê-lo.

Com esse espírito, e tendo em vista a natureza dos temas econômicos estudados, narrados e vividos no decorrer da tragédia, este ensaio conclusivo

---

<sup>1</sup> Associada por ele ao voo dos Irmãos Wright.

<sup>2</sup> Macdonald, 2001, p.284-5.

<sup>3</sup> Eckermann, 2004, p.285.

trata de três temas básicos: a candidatura de Fausto a mito “basilar” do desenvolvimento econômico, em particular nos países de “industrialização tardia”; a invenção do papel-moeda e suas variantes como inovação implícita aos ciclos econômicos, o combustível para a industrialização e o veneno que nos levou à hiperinflação, portanto, o centro das maiores tensões entre meios e fins; e, ao final, as concepções de desenvolvimento econômico e lições sobre o progresso enunciadas na tragédia e observadas à luz da experiência brasileira, no âmbito da qual se procura ressaltar a presença de Fausto.

### **Enredos econômicos e mitológicos para a época de Goethe**

A obra canônica sobre o desenvolvimento econômico e tecnológico da Europa, *Prometeu desacorrentado*, de David Landes, escrito em 1969, se organiza em torno da pergunta sobre as razões de ter ocorrido na Europa, e não em outra parte, a erupção de tecnologia que provocou a Revolução Industrial e a torrente de progresso material daí decorrente e que se estende a nossos dias. A resposta, segundo ele argumenta, teria a ver com duas peculiaridades europeias: “O escopo e a efetividade da empresa privada, e o alto valor associado à manipulação racional de recursos humanos e da natureza.”<sup>4</sup> Essas ideias tinham uma expressão contemporânea a Goethe, e do seu agrado, nos escritos de Saint-Simon, para o qual o progresso é sinônimo de industrialização, “processo tecnoeconômico que deve ser liderado pela única classe digna da nova sociedade, a dos *industriais*. Estes englobariam todos os produtores, quer proprietários de empresa, quer gerentes, quer trabalhadores. O concurso de todos os produtores eliminaria de vez o anacrônico prestígio dos ociosos sobreviventes de outras épocas, como os nobres, o clero e os altos funcionários pendentes do poder monárquico”.<sup>5</sup>

A ideia da empresa privada como motor do desenvolvimento compreendia novas e revolucionárias instituições que favoreciam empreitadas coletivas e

---

<sup>4</sup> Landes, 1969, p.15.

<sup>5</sup> Bosi, 2010, p.56.

continuadas para a produção, como a companhia de responsabilidade limitada, a correta definição dos direitos de propriedade – aspectos bem-enfatizados por Binswanger em seu texto; e a codificação de relações de trabalho, contratos e relações comerciais, dívidas e garantias, a aceitação social da atividade empresarial vista genericamente, e também, e sobretudo, o papel central do empresário empreendedor para criar e coordenar “respostas criativas” diante dos desafios da economia. A linguagem e a ênfase nas instituições são contemporâneas – foi este o tom de dois Prêmios Nobel de Economia, o de 1991, para Ronald Coase, e o de 1993, para Douglas North. Porém, o assunto é mais antigo e central para Joseph Alois Schumpeter: a “resposta criadora”, ou as “inovações”, eram os marcos definidores do desenvolvimento econômico para as quais a atividade empresarial é central.

Inovações, tenha-se claro, não são apenas descobertas científicas: é “particularmente importante”, ensina Schumpeter, “distinguir empresário e inventor”. Este “produz ideias, [enquanto] o empresário produz coisas, coisas que podem não ser cientificamente novas”. Além disso, “uma ideia ou um princípio científico não têm, por si só, qualquer importância para a prática econômica: o fato de que a *ciência grega* provavelmente tenha produzido tudo o que é necessário para construir a máquina a vapor não ajudou os *gregos* e os romanos a fabricá-la; o fato de que Leibnitz tenha sugerido a ideia do canal de Suez não exerceu qualquer influência na história econômica por duzentos anos.”<sup>6</sup>

Não deve haver dúvida de que Goethe – tanto quanto os historiadores do progresso tecnológico que em nossos dias se debruçam sobre a Europa continental do fim do século XVIII – se encantou com o processo pelo qual conhecimentos e aspectos estabelecidos desde a Antiguidade começaram subitamente a achar utilização em formato inovador, primeiro por cientistas e técnicos, depois por empresários e empreendedores, em organizações produtivas que expandiram de modo fantástico as possibilidades de progresso material de suas comunidades. As noções de ciência e erudição – em particular a ideia, de Francis Bacon, de que todo o conhecimento cabia em um homem só – mudaram

---

<sup>6</sup> Schumpeter, 1969, p.33. Grifos meus.



bastante durante esse tempo, quando se aprofundou ainda mais o contraste entre a ciência aplicada mormente pela nova burguesia empreendedora e a erudição decorativa e sem valor prático e que poderia ser associada à Antiguidade. A divisão do trabalho, o principal marco demarcatório da economia moderna, parecia doer ao vasto intelecto de Goethe, fascinado tanto pela Grécia antiga quanto pelas novas possibilidades tecnológicas da modernidade.

Ficaram famosas, nesse contexto – e também a propósito das imagens que ele usará no quinto ato do *Fausto 2* –, as observações de Goethe sobre os canais do Panamá e de Suez, além da ligação entre o Reno e o Danúbio, transcritas na íntegra por Binswanger em seu texto: “grandes realizações que gostaria de ver” e “apenas por conta disso valeria a pena viver por mais cinquenta anos”.<sup>7</sup> A própria definição do que se conhece como “era moderna” tem a ver com este olhar esperançoso e inquieto sobre o futuro idealizado, já tornado exequível pelo avanço tecnológico, por vezes ainda por ocorrer, porém agora, mais que apenas previsível, vislumbrável, e *portanto parte do presente*. Assim, esse futuro já acontecendo – que podemos designar como “o novo” – instabiliza de modo permanente o aqui e agora sobre o qual a consciência não pode mais repousar: “Torna-se evidente que, dessa proibição de deter-se, resulta um culto à velocidade, à inovação desenfreada, à tropelia permanente de imagens e sensações.”<sup>8</sup> De muitas maneiras, a Revolução Industrial assistida por Goethe combinava de forma muito peculiar sonhos e ideias muito velhas com formas de ação humana revolucionariamente novas.

David Landes decompõe o que chamou de manipulação racional de recursos humanos e da natureza em dois elementos: de um lado, a racionalidade *per se*, ou seja, “a adaptação dos meios aos fins”, ou a “antítese de superstição e magia”; de outro, o que chamou de “o senso fáustico de comando do homem e da natureza [sic].” O afastamento e o enquadramento da religião às necessidades do progresso tiveram grande ímpeto a partir de novos cânones que definiram o que se conhece como a ética protestante, no âmbito da qual se encontram elementos

---

<sup>7</sup> Binswanger, p.XXX [remissão à ld.143-4].

<sup>8</sup> Jaeger, 2007, p.2.

de racionalidade “que acharam expressão na invenção de um cálculo para a salvação [sic] e na elaboração de códigos e técnicas para a administração das possessões materiais da Igreja”. A “ética fáustica”, no sentido da “adaptação dos meios aos fins”, como ele argumenta, é um “tema antigo na cultura ocidental, remontando aos mitos de Dédalo e Prometeu, ou mesmo às histórias da torre de Babel e as de Eva, a serpente e a árvore do conhecimento”.<sup>9</sup> Fausto com certeza pertence a essa linhagem, e o parentesco próximo com Prometeu merece um comentário, pois seus trajetos se confundem de muitas maneiras.

Prometeu foi tema de um poema escrito por Goethe, publicado em 1789, no qual o enredo consiste apenas numa queixa genérica contra os deuses em sua indiferença ao sofrimento humano. O mito era bem mais rico. Numa versão elaborada, Prometeu ascendeu aos céus para roubar o fogo sagrado de Zeus com o intuito de salvar os homens. O fogo roubado seria a representação de várias capacidades humanas cruciais: o conhecimento, a linguagem, a própria consciência. Prometeu se tornou, ao longo do tempo, uma espécie de herói da ciência e da tecnologia, o homem capaz de ludibriar os deuses e a natureza, “símbolo por excelência da revolta na ordem metafísica e religiosa”.<sup>10</sup>

Mas as consequências desse desafio não podiam ser ignoradas: o herói seria condenado pela eternidade a permanecer amarrado em uma colina na qual, durante o dia, teria seu fígado devorado por um águia; à noite, o fígado se regeneraria para lhe trazer um renovado castigo no dia seguinte. Além do sofrimento imposto a Prometeu, Zeus resolveu também punir a humanidade enviando Pandora, a primeira mulher, para tentar Epimeteu, irmão de Prometeu, com a famosa caixa que não podia ser aberta. A curiosidade de Pandora quanto à caixa se equiparava à de Epimeteu por sua nova companheira. Nenhum dos dois resistiu (à tentação da sexualidade e ao anseio de dominar a natureza), e da caixa foram liberados o sofrimento, a dúvida e todo o mal. Assim, “os terríveis efeitos das ... dádivas [de Zeus] neutralizavam os benefícios decorrentes do desafio de Prometeu aos deuses”.<sup>11</sup> A interpretação para a segunda parte da história revela

---

<sup>9</sup> Landes, 1969, p.21-4.

<sup>10</sup> Brunel, 2000, p.784.

<sup>11</sup> Ibid., p.29.

analogias com o mito cristão de Adão e Eva: a lição de Zeus era demonstrar o lado obscuro da curiosidade e da descoberta (que Mefisto, no decorrer do *Fausto*, ressaltará com frequência), os perigos da ciência e do conhecimento, os riscos de se violentar a natureza e a ordem estabelecida.

É uma interessante coincidência que o poeta romântico Percy Shelley, que chegou a promover coletas de donativos para os líderes do luddismo, tenha publicado em 1820 uma versão relativamente otimista para o mito de Prometeu. No seu *Prometeu desacorrentado* – cujo título David Landes toma emprestado para sua história da Revolução Industrial –, Demogôrgono, filho de Zeus, a personificação da força da necessidade e do destino, derruba Zeus de seu trono e reúne Prometeu e sua mulher, Ásia, ideal de amor e natureza. De acordo com Raymond Trouson, “o poema exprime uma confiança otimista na trindade romântica: perfectibilidade do homem, ciência e razão”.<sup>12</sup>

O mesmo tema, todavia bem mais interessante e menos confiante na capacidade da humanidade para progredir espontaneamente na direção do bem e da justiça, voltaria no romance escrito por sua mulher, Mary Shelley, *Frankenstein*, que tinha como subtítulo *o Prometeu moderno*. O monstro que o cinema tornaria imensamente popular era um produto da tecnologia, grotesco e imoral como muitas das coisas que o casal Shelley testemunhou na Inglaterra de seu tempo, e como muitas das experiências genéticas de nossos dias, portadoras de alguns difíceis dilemas éticos: “Frankenstein, em busca de um milagre científico que mereça admiração, descobre ter violentado a própria mãe natureza.”<sup>13</sup> O desconforto do homem com a tecnologia nas primeiras décadas do século XIX encontrava aí uma de suas mais elaboradas expressões.

Goethe tratou o empreendimento científico de criação de uma vida sob a forma de paródia, o Homúnculo criado por Wagner no *Fausto 2*. Mary Shelley publicou *Frankenstein, o Prometeu moderno*, em 1818, exatamente no intervalo entre a primeira e a segunda parte da tragédia de Fausto. Um ano antes, Lord Byron, que Goethe tanto admirava, havia publicado *Manfred*, poema dramático

---

<sup>12</sup> Brunel, 2000, p.792.

<sup>13</sup> Shattuck, 1998, p.100.

que muitos enxergam como sua versão do mito de Fausto. Não há dúvida de que as novas possibilidades tecnológicas iam tomando conta do imaginário do velho Goethe, inclusive por meio de outras versões ou variantes da lenda que se multiplicavam à sua volta, quase todas ainda com desfechos trágicos, como nas versões medievais da lenda, pois ainda era moralmente condenável a liberalidade quanto às condutas pecaminosas dos heróis, mesmo quando alcançados fins de natureza nobre.

Essas velhas histórias talvez indicassem a hostilidade da tradição ocidental diante das aspirações insolentes dos homens ao conhecimento. Porém, como observa o próprio David Landes, na conclusão de seu *tour de force* sobre o desenvolvimento industrial e tecnológico da Europa, a despeito dos castigos para os inovadores, Prometeu jamais devolveu o fogo roubado, nem Adão e Eva esqueceram o conhecimento que obtiveram da árvore. “Os mitos nos informam”, diz Landes, “que a luta para obter e explorar o conhecimento é uma postura perigosa, mas que o homem buscará e conquistará o conhecimento; e, quando o tiver, não o esquecerá. ... Há uma sabedoria nessas velhas histórias que não foi desmentida pela experiência dos dois últimos séculos. A Revolução Industrial e o subsequente casamento entre a ciência e a tecnologia são o clímax de um milênio de avanço intelectual. Elas também foram uma força enorme para o bem e para o mal, e houve momentos em que o mal superou em muito o bem. Ainda assim, a marcha do conhecimento e da técnica prosseguiu, e com ela uma agonia social e moral.”<sup>14</sup>

Essa observação faz crer que a narrativa de Landes nos leva diretamente a Fausto, como prosseguimento e aprimoramento de Prometeu, ou como um modelo que melhor explica os casos de industrialização e desenvolvimento ocorridos em especial no século XX. Os dois mitos se parecem. No *Fausto 1*, o herói é movido sobretudo pela curiosidade intelectual e científica, e a perspectiva de danação para Fausto se afigura bastante provável ante o desafio que ele representa à ordem estabelecida. No *Fausto 2*, todavia, quando a impaciência de Fausto se aprofunda, as ideias que não se traduzem em ação lhe parecem estéreis,

---

<sup>14</sup> Landes, 1969, p.555.

o herói se converte em arrojado empreendedor, e, em particular no final, quando Fausto alcança sua salvação, fica bastante clara a dissociação entre os dois mitos.

Fausto é de uma época em que não há mais castigo para a curiosidade, especialmente quando ela envolve a experiência e a realização, embora possa haver condutas reprováveis no caminho. A ordem estabelecida é toda outra, pois não enxerga desafio nessas condutas, ao contrário, oferece inúmeras formas de encorajamento ao desejo de empreender, quando não o faz diretamente. Talvez David Landes tenha preferido associar o desenvolvimento econômico da Europa, em particular no início da industrialização, ao mito de Prometeu, em razão do papel central da inovação em um ambiente repleto de resistência ou mesmo de hostilidade. Prometeu cria cultura e progresso, a despeito da repressão e sob o custo de uma dor perpétua. Mas a partir de certo momento esses castigos deixam de existir: é quando Fausto deixa de ser condenado, especialmente depois do *Fausto I*.

Nos processos de desenvolvimento econômico ocorridos nos chamados países emergentes da Ásia e da América Latina, para não falar dos esforços de regimes socialistas, o ambiente para a inovação e para as iniciativas que levam ao progresso não apenas deixou de ser hostil como passou ao terreno do excesso; ou seja, os estímulos ao progresso, em geral proporcionados pelos governos, parecem se multiplicar mesmo que em detrimento de quaisquer outras considerações econômicas, sociais, políticas ou ambientais. O progresso ocorre de forma mais rápida e forçada, queimando etapas e florestas, e com muito mais participação do Estado na definição, às vezes nada democrática, dos processos e meios de desenvolvimento.

Nesse contexto, a figura de Fausto parece muito mais apropriada – inclusive e talvez sobretudo no que ela tem de destrutiva e imoral – que a de Prometeu, pois a problemática do progresso não é mais a da sua obtenção, porém, predominantemente, a da destruição que ele provoca ao construir o êxito, agora considerado inevitável, e a da impunidade para os crimes e desvios cometidos em nome do desenvolvimento.

Antes de avançar, contudo, nessas considerações sobre o patrocínio de Fausto para processos de desenvolvimento como os que ocorreram e vêm tendo lugar no Brasil, é preciso retornar à tragédia a fim de melhor estabelecer um dos mais importantes *meios* para o desenvolvimento econômico: a “outra alquimia”, o papel-moeda e seus descendentes no mundo das finanças, cuja centralidade na experiência histórica brasileira parece bastante clara, sendo este o campo em que o “dilema fáustico” mais evidentemente se observa.

### **A invenção do dinheiro: a *outra alquimia***

De acordo com um alentado estudo sobre o imaginário cultural alemão pertinente aos assuntos monetários no período 1770-1850, “o *Fausto 2* apresenta um dos primeiros embates críticos na moderna literatura alemã – e da literatura em geral –, envolvendo a hipóstase de meios e fins em si mesmos. Ele indicia os mecanismos centrais da economia moderna – formas puramente abstratas e simbólicas de moeda, acumulação excessiva, expansionismo colonial, industrialização, domínio imoderado da natureza – como sintomáticos dessa tendência a focalizar os meios, mas com total cegueira para as suas consequências últimas.”<sup>15</sup>

Não por coincidência, a primeira e talvez a mais importante das transposições do plano individual, no âmbito do gabinete gótico do *Fausto 1*, para os meandros do poder, no *Fausto 2*, se deu pela invenção da moeda fiduciária, o papel-moeda de curso forçado. A ideia nova e revolucionária – segundo a qual o dinheiro é mera convenção estabelecida em leis, um pedaço de papel assinado por uma autoridade, uma promessa vaga, nem sequer associada ao poder de compra do instrumento – resulta em criar incomensurável tentação nos poderosos do tempo, uma tensão insolúvel entre meios, supostamente diabólicos, posto que inovadores, e fins até nobres, como os que ocorrem aos soberanos

---

<sup>15</sup> Gary, 2008, p.347.

esclarecidos. É a mesma disjuntiva com que se deparou o erudito, agora posta diante do Imperador, e de maneira ainda mais tentadora, pois aqui não está envolvido nenhum encantamento ou feitiçaria, e também não há impedimentos religiosos. O “pacto fáustico” passa a ser mera decisão de estado, a rotina dos governantes. E no caso do “golpe de caneta” com o qual o soberano cria valor através do papel moeda a metáfora que utiliza a alquimia se mostra especialmente poderosa. Era fato que os reis se cercavam de alquimistas e astrólogos, pois, se tivessem mesmo algum comando sobre forças superiores ou inferiores, que o exercessem para o benefício da coroa. O ato do duque de Orléans, livrando-se de seus alquimistas ao conhecer John Law, conforme narrado por Binswanger,<sup>16</sup> é um extraordinário marco indicativo para o início desta era em que vivemos, onde as mágicas são feitas pelos economistas.

Marc Shell, como Binswanger, também ressaltou a alquimia em sua análise do *Fausto*: “Goethe imita a brilhante descrição de Marco Polo do papel-moeda na China, ... que as audiências europeias não acreditavam existir, através de alquimia e imaginação transcendente.” E alude aos relatos do próprio Marco Polo: “O Grande Khan faz papéis serem gastos como dinheiro, ... o Grande Senhor entende a alquimia perfeitamente.”<sup>17</sup>

Nesse contexto, Mefistófeles torna-se o mediador ideal entre as esferas do simbólico e do real, perfeito no papel de inventor do papel moeda, pois, ele próprio, é a *encarnação dos meios*, o personagem “que funciona como moeda simbólica, o dinheiro que tem a capacidade de satisfazer todas as necessidades em abstrato”.<sup>18</sup> Mefisto *personifica* o dinheiro, o equivalente universal, “extensão do homem como poder sobre outros homens e circunstâncias”,<sup>19</sup> poder, todavia, que *nada tem de sobrenatural*, e que é assumido pelo Estado no limiar da era moderna, no momento em que os soberanos descobrem “a outra alquimia”. Assim, “o elemento diabólico de Mefisto, como elemento externo à esfera humana, é conscientemente eliminado”,<sup>20</sup> sua mágica reside apenas “na

---

<sup>16</sup> Binswanger, p.XXX [remissão à ld.74-5].

<sup>17</sup> Shell,1982, p.99.

<sup>18</sup> Gary, 2008, p.348.

<sup>19</sup> Lukács, 1978, p.198.

<sup>20</sup> Ibid., p.195.

aceleração da experiência”.<sup>21</sup> , pois Mefisto funciona apenas como um ajudante, um veículo ou preposto.

Para Rofl-Peter Janz, Mefisto “é dado a pensar em termos de economia – e nesse aspecto ele é um personagem moderno: um burguês, e portanto bastante familiar, de uma forma estranha”.<sup>22</sup> Para Jung, Mefisto é apenas a “sombra” de Fausto, “um complexo autônomo separado da principal personalidade de Fausto e apresentado como hipóstase sob a forma de um demônio”.<sup>23</sup>

Mefisto, nesse contexto, tenha-se claro, é apenas o detentor de *uma tecnologia*, ou seja, somente o *veículo* pelo qual se introduz a novidade. O mesmo se passa com as empreitadas do quinto ato, para cujo sucesso é decisiva a *tecnologia* decorrente da organização do trabalho voltada para a produção e liderada por um visionário schumpeteriano. Não há sequer ferramentas novas ou máquinas, tudo se constroi com homens e pás.

### **John Law e os *assignats***

Goethe recorreu amplamente a uma narrativa que se tornou mitológica no terreno da economia, envolvendo o mau uso da inovação revolucionária, vale dizer, a descoberta, o encantamento e o abuso das emissões de papel-moeda inconvertível, em geral por parte de soberanos irresponsáveis, e também pelos virtuosos, de início movidos por nobres intenções, logo deslumbrados como os outros, e invariavelmente criando mais problemas econômicos do que aqueles que procuravam resolver. A universalidade dessa narrativa se vê reforçada pela recorrência de crises financeiras desde a época de Goethe, invariavelmente provocadas pela incapacidade de controlar os efeitos das inovações no mundo financeiro – como a mais recente, em 2008.

A galeria de crises inventariadas no estudo de Charles Kindleberger, *Manias, Crashes and Panics*, de 1989, e, mais recentemente, no de Carmen

---

<sup>21</sup> Swales, 2001, p.43.

<sup>22</sup> Janz, 2011, p.38.

<sup>23</sup> Bishop, 2001, p.xxxi.



Reinhart e Kenneth Rogoff, com o encantador título *This time is Different* (Esta vez é diferente), de 2009, é uma lembrança viva de que as crises são inerentes à modernidade econômica. Elas são como uma sucessão de molduras que se renovam para a maldição do papel-moeda tal como aqui retratada, não importa quão robustas sejam nossas instituições ou quão alentada a nossa experiência. Sempre haverá inovação, esteja ela em derivativos ou em operações estruturadas, e também a maldição recorrentemente conjurada. Não obstante os esforços sempre louváveis para prevenir e diminuir seus efeitos, a experiência histórica parece demonstrar que o homem não conseguirá dominar o ciclo econômico nem evitar as turbulências financeiras que o acompanham, pois esses movimentos de destruição criadora se confundem com as pulsões vitais do próprio sistema.

A oposição entre inovação e regulação na indústria financeira é dos mais antigos debates da economia. Espíritos mefistofélicos estão permanentemente a inventar produtos, mercados e operações, enquanto os reguladores permanecem divididos entre proibir a inovação, dominar os novos poderes recém-inventados e fazer com que a utilização desses potenciais não fira o bem comum. Nesse contexto, conforme concluem Reinhart & Rogoff: “A lição da história ... é de que, mesmo com o aperfeiçoamento das instituições e seus gestores, sempre haverá uma tentação para testar os limites. Tal como um indivíduo que pode falir, não importa o quanto ele fosse rico na partida, o sistema financeiro pode colapsar sob a pressão da ganância, da política e do lucro, não importa o quão bem-regulado ele possa ser. A tecnologia mudou, a altura do ser humano mudou, bem como a moda. Entretanto, a habilidade de governos e indivíduos para se iludir, produzindo episódios periódicos de euforia que normalmente terminam em lágrimas, parece permanecer constante.”<sup>24</sup>

O velho poeta seguramente conhecia bastante da experiência de John Law e seu Banque Royale, pioneiro em emissões de papel-moeda, que protagonizou o primeiro e talvez um dos mais espetaculares episódios de euforia e crise financeira, misturando emissões excessivas, especulação na bolsa e praticamente todos os exageros próprios de episódios da espécie, incluindo a transmissão

---

<sup>24</sup> Reinhart e Rogoff, 2009, p.291-2.

internacional do fenômeno para a Inglaterra, que vivia simultaneamente sua “*South Sea Bubble*”. O episódio de Law se tornou icônico, seus detalhes romanescos são encantadores,<sup>25</sup> e foi aí que pela primeira vez se ouviu a ideia de que o lastro para o papel-moeda, ou a garantia para a promessa de pagamento representada pelo papel-moeda, poderia ser o patrimônio imobiliário do rei. Esta foi a ideia revolucionária que Law quis vender na Escócia, sua terra natal, e sobre a qual escreveu um estudo que ainda circula em nossos dias.<sup>26</sup> Conseguiu afinal aplicá-la na França, sob o patrocínio do duque de Orléans, que ocupava a regência com a morte de Luís XIV em 1715.

O Banque Générale teve um começo difícil, mas logo foi se firmando como um banco de Estado, ainda que privado, tendo o próprio regente como sócio. Em 1718 passou a se chamar Banque Royale, e suas ligações com as finanças públicas e os negócios de Estado se tornaram cada vez mais estreitas. As emissões foram saindo do controle, e a febre especulativa assumiu características de histeria quando a Companhia do Ocidente, ou do Mississipi, empresa pertencente ao banco que havia vendido ações ao público, decidiu comprar a empresa que geria o comércio com as Índias Orientais e com a China. A aquisição seria paga com a venda de ações da nova companhia, apelidadas de *filles*, em alusão às *mères*, apelido dado às ações da Companhia do Mississipi, que os investidores subscreveram com títulos da dívida pública. As *filles* seriam pagas em dinheiro.<sup>27</sup>

Seriam essas *mères* uma referência para as “Mães” do primeiro ato do *Fausto 2*?

A dinâmica dessas operações se assemelhava ao que se conhece hoje como *pirâmide*: emissões de notas do próprio banco servem para pagar ações de uma subsidiária, cujos preços vão se avultando a partir de crença de que, nas vastas extensões de terra que a Companhia do Mississipi possuía na Luisiana, havia muitas minas de ouro a serem descobertas. Com isso o “lastro” para novas

---

<sup>25</sup> Mackay, 1980, cap.1, por exemplo; ou Gleeson, 2005.

<sup>26</sup> Law, 1966.

<sup>27</sup> Gleeson, 2005, p.137.

emissões – os tesouros por descobrir – ficava multiplicado pela imaginação de investidores em absoluto frenesi.

Teria Goethe tomado conhecimento desses detalhes tão terrenos dos esquemas de Law?

A febre especulativa levou John Law a se tornar o homem mais rico e poderoso da França. Sua desgraça e ruína também vieram depressa, com todas as tonalidades moralistas que em geral acompanham os episódios de riqueza rápida e de duração fugaz. O trauma e a excitação que esse drama produziu na França foram profundos e duradouros, mas já eram antigos quando Goethe nasceu. Law morreu em 1729, aos 58 anos, vinte anos antes de Goethe nascer. Todavia, a memória de todo o episódio permaneceu muito viva, e, surpreendentemente, não era de todo negativa. O próprio Adam Smith, escrevendo em 1776, observou: “As esplêndidas e visionárias ideias utilizadas [por Law] e por outros operando sob os mesmos princípios ainda continuam a impressionar muita gente, e talvez possam estar contribuindo em parte para os excessos de bancos dos quais se ouvem queixas na Escócia e em outras partes.”<sup>28</sup>

Pouco mais de dez anos depois dessa observação de Smith, Goethe testemunharia outra experiência francesa semelhante, para a qual a tentativa de John Law funcionou com uma espécie de pano de fundo, fosse como exemplo a não seguir, fosse como tentação a ser experimentada, ou, ainda, como solução para déficits fiscais descontrolados. Logo depois da Revolução Francesa, o debate sobre a emissão de papel-moeda inconvertível assumiu enormes proporções na Assembleia Nacional, no decorrer de 1790. Talvez fosse a primeira ocasião em que o tema não era suscitado por um rei em dificuldades, mas por um parlamento repleto de demagogos e oportunistas. O argumento típico a orientar as opiniões sobre o assunto era o seguinte: “O papel-moeda num regime despótico é perigoso; favorece a corrupção; mas numa nação constitucionalmente governada, e que toma conta, ela mesma, da emissão de suas notas, determinando seu número e uso, esse perigo deixa de existir.”<sup>29</sup> Essa não

---

<sup>28</sup> Smith, 1976, p.338.

<sup>29</sup> Cf. Matrineau, apud White, 1933, p.5.

deixava de ser uma forma torta de defender a doutrina do *managed money*, cujo campeão, do outro lado do canal da Mancha, era Henry Thornton, de que fala Binswanger em seu texto.

Mirabeau, o influente e inflamado deputado e orador, uma força na Assembleia, o grande personagem daqueles tempos incomuns, inicialmente dizia que o papel-moeda era “o berçário da tirania, da corrupção e da desilusão; a verdadeira decadência da autoridade em delírio”;<sup>30</sup> mas foi levado a mudar de ideia diante do conceito dos chamados *assignats* e de sua absoluta necessidade para o financiamento do déficit governamental. No começo, tratava-se de emitir títulos ao portador, com juros de 5%, em grandes denominações, com o fito de financiar o governo; esses títulos poderiam ser utilizados a valor de face para a aquisição dos bens e terras tomadas à Igreja (*biens nationaux*).

Essas notas, no começo incluídas na chamada dívida flutuante, não tinham curso legal e funcionavam como os “certificados de privatização” usados no Brasil, nos anos 1980 e 1990; não causaram maiores problemas enquanto mantiveram esse formato. Porém, rapidamente o conceito evoluiu para a noção de que os *biens nationaux* serviam de “lastro” para a emissão de notas inconvertíveis, em pequenas denominações, grandes quantidades e com curso forçado.<sup>31</sup> Cruzava-se assim a fronteira entre o título financeiro ilíquido e a moeda circulante.

O modo como se deu essa diabólica transição é nada menos que fascinante: Mirabeau foi crucial ao ressaltar a diferença entre o experimento da Assembleia e o de John Law. Ele afirmou que “a nação francesa tinha se tornado iluminada”, que a administração dos novos papéis seria feita por “patriotas”, e que os *assignats* “seriam mais bem garantidos do que se fossem resgatáveis em ouro”, pois esse “papel-moeda francês representaria a primeira e mais real de todas as propriedades, a fonte de toda produção, a terra.”<sup>32</sup>

A segunda emissão de *assignats*, a que deu início ao desastre, foi votada em 29 de setembro de 1790 e aprovada por 508 votos contra 423. O volume

---

<sup>30</sup> Ibid., 1933, p.16.

<sup>31</sup> As narrativas canônicas são as de Hawtrey, 1978; Harris, 1930; White, 1933.

<sup>32</sup> White, 1933, p.25.

consentido era grande o suficiente para pagar toda a dívida pública; por isso mesmo excedia qualquer medida de razoabilidade, e deu início a uma espécie de “embriaguez”, logo transformada em catástrofe, que ampliou e foi ampliada pela confusão política. O regime de terror de Robespierre chegou a experimentar uma agressiva política de controle de preços, a Lei do Maximum, que levava aqueles que vendiam a preços acima da tabela para o Tribunal Penal de Estrasburgo, onde tinham suas propriedades confiscadas, ou pior. O caos apenas se resolveu anos depois, já sob Napoleão, com a criação do Banco da França. As estultices cometidas durante os congelamentos de preços no Brasil contemporâneo tinham aí um ilustre e lamentável precedente.

### **A vitória do papel**

Essas foram as principais experiências desastradas com papel-moeda de curso forçado que Goethe acompanhou, ou sobre as quais ouviu relatos de participantes, e cujos desfechos apenas reforçavam a narrativa segundo a qual o uso de papel-moeda, como dinheiro de curso legal, sem valor intrínseco e sem conexão com a natureza era profano como a alquimia, e só poderia produzir a danação. Entretanto, a despeito do apelo dessa narrativa, do encaixe com o drama do erudito, especialmente para um observador do início do século XIX, é preciso reconciliá-la como o fato de que *o papel-moeda de curso forçado, destituído de qualquer valor intrínseco, ou mesmo de promessas de seus Estados emissores quanto à manutenção de seu poder de compra, se tornou a forma vencedora de organização dos sistemas monetários da atualidade.*

Essa era uma vitória das convenções e dos símbolos criados pelo homem sobre as imposições da natureza; portanto, um triunfo mefistofélico, pois a inovação inicialmente tomada como diabólica era, na verdade, uma “resposta criativa” a limitações econômicas objetivas – era o domínio sobre o “lado negro da criação” –, e liberava o progresso econômico de restrições arcaicas e sem qualquer outra motivação além do costume e da tradição.

Parece difícil imaginar que essa conexão pudesse passar despercebida a Goethe, em particular em vista de sua familiaridade com o teor das controvérsias monetárias inglesas da ocasião. Em boa medida, a criação de regras ou contrapesos institucionais para evitar abusos de emissão de papel-moeda por parte de soberanos bem ou mal intencionados foi um dos temas principais das célebres controvérsias inglesas sobre a moeda. Estas tiveram seu momento mais brilhante na chamada primeira fase, quando a conversibilidade da libra esterlina foi suspensa, em razão da guerra com a França, entre 1797 e 1815. Esses debates foram atentaamente acompanhados por Goethe de sua janela.

Entre os contendores mais destacados da disputa estava David Ricardo, um dos fundadores da economia, cujos escritos em matéria monetária, se tornaram um paradigma para sucessivas gerações de estudiosos e participantes de debates sobre o chamado “padrão-ouro”, até o abandono desse sistema, depois de 1929. Ricardo era o campeão da visão “ortodoxa”, segundo a qual, grosso modo, o papel devia funcionar exatamente como se fosse metal, enquanto Thornton argumentava que ele deveria ser administrado de forma discricionária pelo Estado.<sup>33</sup> Em seu tempo, Thornton era quem defendia o que hoje se chama de “regulação”.

Goethe conhecia bem a principal obra de Thornton, *An Enquiry into the Nature and Effects of the Paper Credit in Great Britain*, de 1802, conforme observou em detalhe Binswanger.<sup>34</sup> Se conhecia esses debates, sabia das nuances e capturou deliberadamente o seu cerne ao enquadrar o assunto em mais uma instância na qual a humanidade estava às voltas com inovações com cujas potenciais consequências ela não estava aparelhada para tratar. É difícil resistir à tentação de afirmar que o velho poeta tinha noção de que, no domínio das definições institucionais da moeda e do crédito, à luz das catástrofes francesas e das controvérsias inglesas, o mundo passava por um momento especial, em que inovações revolucionárias tinham sido introduzidas, mas ainda deviam ser mais bem assimiladas e postas sob controle.

---

<sup>33</sup> Para uma resenha canônica desses debates, ver Fetter, 1978.

<sup>34</sup> Binswanger, p.

Naquele momento, no entanto, os debates ingleses convergiram no sentido de fazer retornar a conversibilidade da libra esterlina em ouro à antiga paridade, que fora suspensa desde o início dos conflitos com Napoleão. Assim, em 1815, o papel-moeda inglês retroagia à condição de um certificado de depósito de ouro efetuado no Banco da Inglaterra, sistema que, nessa época, ganhou a denominação de “padrão-ouro”, e se tornaria o paradigma da civilização do século XIX

Com o tempo, todavia, e com o desenvolvimento do sistema bancário, o papel-moeda, e mais genericamente o dinheiro em suas múltiplas formas, foi ficando mais independente de sua conexão com o lastro. A moeda bancária em particular foi crescendo de forma tão extraordinária, e *em resposta* às demandas da economia real, que um de seus mais destacados estudiosos, Robert Triffin, diria que “o século XIX poderia ser mais exatamente descrito como o século de um novo e ascendente padrão de dinheiro de crédito (*credit money standard*, no original), e da eutanásia do ouro e da prata como moeda, e não como o século do padrão-ouro”.<sup>35</sup>

Com efeito, a experiência do século XIX, de modo semelhante à do século anterior, embora de forma mais acentuada, permitia observar que apenas por uma divina coincidência a natureza seria capaz de produzir a cada ano a exata quantidade de ouro necessária para girar de modo adequado uma economia global em acelerada e às vezes instável expansão. Mas a vitória do papel não se deu antes de muitas controvérsias que pareciam repetir o cânone inglês, como aquelas entre os chamados “papelistas” e “metalistas” brasileiros, e de muitas crises financeiras que lembravam, a cada geração, os perigos da inovação financeira e o “lado negro da criação”.

Para a maior parte do planeta, incluindo o Brasil, os anos entre 1929 e 1933 assinalaram o colapso do padrão-ouro e a migração *de jure* para a moeda fiduciária representacional. De novo, diversos governantes mundo afora viam-se diante de grandes poderes discricionários para gerir a moeda em sintonia com a prudência, mas também e principalmente de modo a atingir seus objetivos de

---

<sup>35</sup> Triffin, 1972, p.43.

desenvolvimento e progresso, ou ainda as urgências nacionais da ocasião. Sem dúvida, os eventos de 1929-33, em especial para os países da chamada periferia, parecem ter dado início a uma nova era na gestão da moeda na qual o espírito de Fausto estaria mais presente que nunca.

No Brasil em particular, o ano de 1933 traria a definição de uma nova ordem monetária, por meio de três decretos definindo a moeda fiduciária de curso forçado, a consolidação dos controles cambiais e a virtual estatização do crédito pela lei da usura. Essas três medidas – combinadas com a decisão de *não* criar um banco central destinado a dar limites ao imenso poder ali conferido ao Executivo para criar papel-moeda sem qualquer restrição – estão na raiz tanto do sucesso da industrialização observada sobretudo no pós-guerra quanto da catástrofe monetária que o Brasil viria a experimentar nos anos posteriores.<sup>36</sup>

## **O modelo fáustico de desenvolvimento**

Os acontecimentos do quarto e do quinto atos da tragédia, quando a dupla Fausto e Mefisto deixa a função de assessores econômicos, ou de gestores da moeda de um soberano em apuros, e, depois de passear pela Antiguidade, se transmutam em empresários schumpeterianos, industriais saint-simonianos ou corporalizações do capital, introduzem a atualíssima problemática do desenvolvimento econômico; e o fazem em diversos eixos, todos, contudo, como variantes do tema básico enunciado pela lenda original, a tensão entre fins e meios. Na verdade, o que poderia estar mais preeminente nos debates sobre modelos de desenvolvimento nos dias de hoje? Não parece óbvio, no ponto onde estamos e diante do que já vimos, que o desenvolvimento econômico está repleto de *dilemas fáusticos*?

A chamada “tragédia do colonizador” – bem melhor descrita como uma “tragédia do desenvolvimento” –, ao encerrar o *Fausto 2*, introduz diversas ambiguidades referentes à “era moderna”; ou, de forma mais genérica, sobre o

---

<sup>36</sup> Para uma narrativa detalhada desta evolução, ver Franco, 2005b e 2007.



progresso e o desenvolvimento econômico, que em nada eram esclarecidas pelo fato de que o empresário que tão pouco se preocupou com as consequências de seus atos e praticou diversos crimes ao longo de sua vida foi *absolvido* no final.

Na verdade, esse desfecho, que já figurava nas pequenas letras do dispositivo contratual firmado entre Fausto e Mefisto, provoca desconforto em bom número de leitores e contrasta frontalmente com o que se passa nas versões “pré-modernas” da lenda. Assim, serve para atizar ainda mais a tensão entre a apologia das conquistas econômicas da moderna sociedade industrial e a condenação dos meios pelos quais o progresso é obtido. O veredicto de inocência para o conjunto da obra de Fausto pode prestar-se para ressaltar a renovação de valores própria da época moderna; ou mesmo os efeitos da passagem do tempo experimentados pelo poeta e pelo personagem, desde o enunciado da tragédia do erudito no *Fausto I*, refletindo a narrativa tradicional da lenda recebida pelo jovem Goethe, até a redefinição da lenda para o mundo secularizado dos negócios de Estado, sobre o qual se projeta a larga experiência do poeta nesse domínio.

Ao fim das contas, a realização, ou, mais precisamente, a incessante e inegociável aspiração de realizar, é o mote da salvação, ainda que funcione como uma espécie de maldição, um destino do qual o homem moderno não pode se desviar, e que produz vítimas no caminho. O próprio Altíssimo, no “Prólogo no céu”, no *Fausto I*, em seu diálogo com Mefisto a propósito da aposta sobre a alma de Fausto, afirma: “Erra o homem enquanto a algo aspira.” Mas os erros não reduzem o valor das realizações ou da insatisfação crônica do homem que aspira: “O Senhor aceita que essa insatisfação é um serviço à sua causa – serviço confuso e incompreensível, mas serviço, ainda assim –, eis que essa insatisfação é a mola mestra da atividade, e o Senhor abjura a lentidão e a quietude.”<sup>37</sup>

Em boa medida, Goethe parece antecipar a tese de Max Weber sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo: “No final do *Fausto 2*, a doutrina burguesa de trabalho e atividade aparece em uma forma transfigurada e transcendente, cujos princípios – atividade incansável e desejo insaciável –, que,

---

<sup>37</sup> Swales, 2001, p.34.

no limiar dessa nova era, iniciaram os processos econômicos da modernidade, adquirem uma aura divina.”<sup>38</sup>

Visto sob essas lentes, a salvação de Fausto se torna a solução natural, mas, segundo observa Richard Gray, não deve ser tomada ao pé da letra, senão como “uma ironia estratégica”, uma vez que “talvez o desfecho de Goethe, tão repleto de ironias, pretende enviar uma mensagem didática. Ele torna claro aos seres humanos que, afora um *deus ex machina* de última hora, a trajetória histórica, econômico-cultural, que eles têm seguido apenas poderá levá-los a um *desastre humano e ecológico de proporções mundiais*; e que as ‘escavações’ que tomam como sintomas de seu progresso econômico e tecnológico de fato representam, como para Fausto, cavar a própria sepultura.”<sup>39</sup>

Mas o texto parece rico demais e estofado com camadas de ironia em quantidade suficiente para que alguém se veja aprisionado por essa interpretação politicamente correta da tragédia, que com facilidade se estende para as ruminatórias anticapitalistas e hostis à globalização, muitas vezes encontradas entre os leitores do drama. Contudo, a passagem do tempo fez bem à narrativa, pois os juízos moralistas sobre os méritos econômicos dos projetos de Fausto – e, por extensão, da era moderna que ele parece corporificar – podem ser confrontados com as efetivas consequências das condutas fáusticas reveladas na prática. Afinal, na medida em que a tragédia estabelece com a história uma relação de alegoria, a ligação funciona nas duas direções, ou seja, a história pode atestar a tragédia no que esta se aventura em lições ou em profecia.

A interpretação convencional sobre o desfecho da tragédia traz consigo um julgamento pessimista sobre a viabilidade ou a sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento propostos por Fausto, o visionário das primeiras cenas do quinto ato. Estas oferecem uma poderosa metáfora para os sonhos de desenvolvimento econômico e progresso material da humanidade que se disseminam por todo o planeta depois da Revolução Industrial. A crença na inevitabilidade do progresso, sem dúvida presente em Goethe e ainda mais forte

---

<sup>38</sup> Schöbler, 2011, p.184.

<sup>39</sup> Gray, 2008, p. 359, grifos meus.

em versões posteriores da lenda,<sup>40</sup> contrasta fortemente com a leitura segundo a qual o Fausto empresário é apresentado como “fracassado” – e seus projetos e planos, como “utópicos”; de tal sorte que o desfecho trágico se torna inevitável, quer objetivamente, pelos resultados dos projetos, quer em razão dos cadáveres deixados pelo caminho. E seu trajeto nessa direção tem a companhia da Apreensão, e também, à soleira de sua porta, da Insolvência (Culpa), da Penúria e da Privação.

A imagem mais utilizada para apoiar a insensatez da marcha progressista de Fausto é a artificialidade de seus projetos, em particular a ideia de uma “criação de terras” com diques e canais que “roubam” territórios do oceano, panaceia semelhante à dos valores fictícios criados pelos papéis pintados do primeiro ato. Ao que tudo indica, teríamos aqui, uma vez mais, a maldição de Prometeu, de tal sorte que o sonho de emancipação econômica da humanidade pelo progresso material trazido pelos megaprojetos de Fausto seria, em seu próprio enunciado, impossível e fadado ao fracasso.

Seria essa a mensagem que o velho poeta queria nos deixar? Havia mesmo um vaticínio de catástrofe, ou aquela era uma apropriação de inspiração marxista? E se era outra a profecia, a experiência dos 250 anos que se seguiram à advertência já não seria suficientes para permitir um julgamento, ainda que preliminar, para a era moderna?

A este respeito vale a observação do diretor Peter Stein diante de pergunta semelhante: “Tomar partido é completamente não goethiano. ... O paradoxo é fundamental para o teatro, e é por isso que ele representa a existência humana. Portanto nunca estive interessado [ao encenar o *Fausto*] em posições ou em tomar partido.”<sup>41</sup>

Faz mais sentido pensar, por conseguinte, que Goethe já tivesse visto progresso suficiente em seu tempo para descrever que ele estivesse necessariamente conduzindo ou fosse conduzir a humanidade à danação. E que o velho poeta não

---

<sup>40</sup> Smeed, 1975, p. 203.

<sup>41</sup> Stein, 2011, p.267-8.

estivesse preocupado com mensagens didáticas, em especial diante de uma conjuntura tão incerta, exceto talvez sobre a própria incerteza.

No momento em que, à semelhança do que fizemos na seção anterior com o enredo do primeiro ato relativo à mefistofélica e alquímica invenção do papel-moeda de curso forçado, saímos do texto goethiano para aferir o desenrolar histórico dos dramas ali enunciados, o registro se torna mais objetivo. E aquilo que pareceria utópico ou artificial pode ser cotejado com o efetivamente acontecido. Assim, é possível ver as alegorias da tragédia sob novas luzes, e o “poder profético” do texto pode ser submetido ao teste da experiência concreta.

O enredo original, de fato, pode parecer sugestivamente mais trágico em seu tempo, quando não havia tanta certeza sobre as promessas de progresso trazidas pela era moderna. Naquele contexto, Fausto morria *duplamente* iludido em sua cegueira: de um lado, ao contrário do que dizia no monólogo final, o destino de seus investimentos e o futuro de seu “livre povo” parecem funestos; de outro, ele se apresenta destituído de culpa ou de passivos decorrentes de seus crimes, como integrante de um processo impessoal e coletivo, no âmbito do qual “não é preciso se preocupar com o que veio antes”,<sup>42</sup> nem com o meio pelo qual chegamos onde estamos – portanto, ele está completamente tomado pelo fascínio da transitoriedade, caracteristicamente moderno.

No tocante à primeira dessas ilusões, e se é que a história e sua alegoria devem caminhar juntas, é preciso notar que a experiência histórica de crescimento econômico da humanidade desde os tempos de Goethe desautoriza de todo a interpretação pessimista segundo a qual Fausto – a figura síntese da ansiedade moderna com relação ao progresso – teria necessariamente fracassado; ou que *Goethe tenha falhado*, no *Fausto 2*, em “problematizar uma mudança crucial de paradigma pela qual uma economia natural focada unicamente na subsistência se torna uma economia hiperprodutiva, baseada na geração de excedente”.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Negt, 2010, p.46.

<sup>43</sup> Gray, 2008, p.399.

O problema está em procurar enquadrar a trajetória da economia no *Fausto 2* em esquemas predeterminados, como é o caso, por exemplo, de Walter Benjamin, em seu famoso verbete sobre Goethe para a *Grande enciclopédia soviética*. Ele descreve a cena da morte de Fausto da seguinte forma: “Num entrelaçamento misterioso e utópico de ação e produção agrotécnica com o aparato político do absolutismo, Goethe viu a fórmula mágica pela qual a realidade das lutas sociais deveria se dissolver no nada. Poderio feudal sobre terras administradas à maneira burguesa – esta é a imagem contraditória em que a suprema felicidade de vida de Fausto encontra sua expressão.”<sup>44</sup>

A experiência bem-sucedida de crescimento e transformação econômica dos chamados *latecomers* europeus, a começar pela própria Alemanha, e dos países de assentamento recente no século XIX, bem como de diversos países asiáticos – de início o Japão, seguido dos Tigres Asiáticos (Hong Kong, Cingapura, Coreia e Formosa) – e, mais recentemente, do grupo denominado Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), entre muitos outros casos, serviu não apenas para reforçar a noção bastante presente no *Fausto 2* de inevitabilidade do progresso. Prestou-se também para estabelecer que o desenvolvimento econômico ocorre em uma ampla variedade de formatos e em múltiplas dimensões, parecendo disponível a qualquer nação que a isso se dedicasse de fato.

O desenvolvimento, ou o “desenvolvimentismo”, se tornou um misto de disciplina específica dentro da economia política, e de uma espécie de doutrina de tonalidades quase religiosas que se espalhou como uma faísca por todo o chamado “Terceiro Mundo”, sendo bastante perceptível a presença de Fausto ou de seu alter ego entre os economistas – Joseph Schumpeter – nos enunciados dessa época.<sup>45</sup> Em cada caso, todavia, o componente mefistofélico adquiria uma feição distinta, pois eram e continuam sendo infundáveis as tensões entre fins e meios.

---

<sup>44</sup> Benjamin, 2009, p.174.

<sup>45</sup> Franco, 1999, p.127; e também Cowen e Shenton, 1996, cap.7.

O desenvolvimentismo se espalhou com a descolonização, sobretudo no pós-guerra: eram muitas “novas regiões costeiras”, carentes de desenvolvimento e autodeterminação, prontas para grandes planos. O mundo estava repleto de disparidades de renda, mas elas se apresentavam de forma inteiramente diferente no término de uma guerra que havia envolvido todo o planeta e que no início criara avanços tecnológicos e produtivos inimagináveis. As possibilidades econômicas da humanidade viram-se vastamente ampliadas face ao progresso tecnológico derivado do esforço de guerra, o lado mais negro da criação. E assim, rapidamente se formaram expectativas de que a reconstrução de uma nova ordem econômica viria a consistir em um exercício de disseminação dessa nova e extraordinária prosperidade econômica por todos aqueles que lutaram pela liberdade.

O enunciado do desenvolvimento que aí se estabeleceu e se disseminou não parece fundamentalmente diferente do que Fausto utiliza no monólogo final, inclusive e sobretudo porque nascia já temperado por limites e considerações morais advindos dos ressentimentos com relação aos colonizadores e às potências centrais. Não era apenas crescimento, mas, conforme a descrição de um historiador: “Crescimento com equidade. Eliminação da pobreza. Satisfação das necessidades básicas. Alcançar os países desenvolvidos em tecnologia, riqueza, poder, status. Independência econômica, autossuficiência. Possibilidade de realização pessoal para todos. Libertação, meios para o progresso da humanidade. O desenvolvimento, na vasta literatura em que veio a se construir, parecia vir a compreender todos os aspectos da Boa Sociedade, o caminho do homem comum para a Utopia.”<sup>46</sup>

Ora, se esse enredo contemporâneo, já absorvido, digerido e incorporado nas políticas públicas de países como o Brasil, assim como em muitos outros, não é o mesmo do monólogo final de Fausto? Não é isso o que está escrito nos estatutos do Banco Mundial e em uma infinidade de outras instituições semelhantes mundo afora? Em vista dessa semelhança, ou mesmo pelo fato de

---

<sup>46</sup> Arndt, 1987, p.1.

que ela *ultrapassa* a fala derradeira de Fausto, como é possível considerar que Fausto morreu iludido?

É evidente, porém, que, entre os países subdesenvolvidos, muitos dos quais agora designados como emergentes, havia também pessimismo e dúvida. Inúmeros caracterizavam o Brasil e a periferia em geral como *vítimas* do progresso, quem sabe mesmo, pela via de mecanismos perversos de exploração, a causa do progresso no norte. O Terceiro Mundo, na percepção de diversos estudiosos, sobretudo de matriz marxista, não era formado de homens livres, mas de países *dependentes*, condenados a uma *inserção subordinada numa ordem internacional assimétrica*, incapazes de escapar desse destino.

É muito ampla e popular a literatura brasileira e latino-americana com esse espírito, com destaque para a obra de Raul Prebisch e Celso Furtado. Era a importação e relativização do pessimismo marxista, ou a interpretação negativa da “mensagem” de Fausto, e que enunciava o desenvolvimento econômico ao menos como desafio, ou como objetivo que poderíamos alcançar mediante determinadas condutas... fáusticas.

O fato é que a condição outrora definida como *subdesenvolvimento*, e que se tomava como determinação inevitável e progressiva, resultou plenamente superável. Foi efetivamente deixada para trás em grande parte do planeta, a partir de grandes projetos de desenvolvimento amiúde envolvendo o poder público ao lado – ou na liderança – de empresários privados de espírito fáustico. E não há ilusão alguma quanto a isso. Ademais, não muito depois da morte de Goethe, com a disseminação de ferrovias pelo continente europeu e sobretudo nos Estados Unidos, a expressão “criação de terras” deixou de ser uma linguagem abusiva e artificiosa para descrever grandes projetos na área de transporte e infraestrutura viária. O desenvolvimento econômico dos países conhecidos como “de assentamento recente”, integrados à economia internacional pela navegação e pelas ferrovias, de fato ampliou as fronteiras do sistema. Não há dúvida que “criou terras”.

Marx e Goethe parecem caminhar juntos até certo ponto, enquanto se põem a descrever a era moderna; Marshall Berman selecionou trechos especialmente

fáusticos do *Manifesto do Partido Comunista*, segundo o qual a burguesia, “realizou maravilhas que ultrapassam em muito as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas”; e “em seu reinado de apenas um século, gerou um poder de produção mais massivo e colossal que todas as gerações anteriores reunidas”. E mais: “Submissão das forças da natureza ao homem, maquinário, aplicação da química à agricultura e à indústria, navegação a vapor, ferrovias, telegrafia elétrica, esvaziamento de continentes inteiros para o cultivo, canalização de rios, populações inteiras expulsas de seu hábitat – o século anterior não podia sequer sonhar que esse poder produtivo dormia no seio do trabalho social?”<sup>47</sup>

Goethe e Marx utilizaram amplamente a imagem do aprendiz de feiticeiro: “a moderna sociedade burguesa, uma sociedade que liberou tão formidáveis meios de produção e troca, é como a feiticeira incapaz de controlar os poderes ocultos desencadeados pelo seu feitiço”.<sup>48</sup> Mas divergem quanto às consequências. Enquanto Goethe via “o consumado poder do submundo, que finalmente torna obsoleto o feiticeiro, é um completo sistema social moderno”,<sup>49</sup> Marx enxergava contradições intransponíveis, lógicas perversas, problemas de subconsumismo, ou de desigualdade progressiva, além de uma amoralidade básica a minar o sistema, a exploração do trabalho, de tal sorte que um ou todos esses vícios do progresso acabariam por anular suas conquistas e levar o capitalismo ao caos. Mas não é isso que se encontra em Goethe. Lukács é um dos que reconhece que “o caminho da espécie como um todo não é trágico; ele nos leva, porém, através de incontáveis e objetivamente necessárias tragédias individuais”; ou “as tragédias do microcosmo do indivíduo são a manifestação do progresso inevitável no macrocosmo da espécie, e esse é ... o momento filosófico da tragédia”.<sup>50</sup> O caráter trágico não está, portanto, na frustração do progresso, mas no fato de este ocorrer a partir de tragédias individuais.

---

<sup>47</sup> Trechos do *Manifesto do Partido Comunista*, in Berman, 1978, p.91.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p.99.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p.114.

<sup>50</sup> Apud Jaeger, 2010, p.25.



De forma ainda mais clara, Binswanger estabelece os quadrantes do que poderíamos chamar de “modelo fáustico”, que na essência, é muito claramente shumpeteriano. “As forças mágicas que Goethe vê aqui em ação”, segundo Binswanger, “só alcançam seu efeito mágico *se* operam juntas.”<sup>51</sup>

Essas forças são a imaginação, que torna possível a transformação de valores minerais enterrados em (papel) moeda (isso cria a ideia de lastrear o papel-moeda com o ouro enterrado); a impressão produzida pelo poder do Estado, que legitima a moeda (de papel); as paixões humanas associadas à conquista da propriedade (violência, cobiça e avaréza); a expansão da esfera de movimento do homem por meio do transporte (a multiplicação da velocidade); a expansão das forças de produção mediante energia não humana (a multiplicação do trabalho); o poder da invenção e do progresso tecnológico.

Esses elementos em conjunto produzem a mágica do progresso, o “uso produtivo” da “outra alquimia”, que dessa maneira cria valor e desenvolvimento. Esse modelo não é propriamente “mágico” nem inverossímil. Ao contrário, é uma descrição pujante e realista do modo como se obtiveram as conquistas da sociedade industrial. É a descrição de um processo de crescimento que tem início com a emissão de moeda, e caracteriza muito bem a experiência brasileira, na qual a mágica funcionou, ainda que tenhamos abusado largamente da invenção de Mefisto e provocado, assim, uma hiperinflação.

Como Goethe não está postulando a inevitabilidade da catástrofe, talvez pelo contrário, parece claro que a tragédia do progresso *não está em que ele não se realiza*, ou que as promessas que traz no terreno material sejam falsas e enganosas. Ao contrário, a tragédia se organiza *através do seu êxito*, do alastramento do ideal fáustico por todo o planeta. Fausto é a tragédia do desenvolvimento *bem-sucedido*, e para cujo sucesso tenham sido empregados *métodos questionáveis* e até pior: esse métodos, mesmo quando envolvendo crimes e meios diabólicos, *serão absolvidos*.

O ato sublime executado por Fausto, e que lhe garantiu o reino dos céus, é o desenvolvimento, visto como vitória duradoura sobre a natureza e do qual a

---

<sup>51</sup> Binswanger, p.XXX, grifos do original [remissão à ld.72].

humanidade poderá desfrutar sob a forma de maior conforto material no futuro; e também como processo que sobrevive ao visionário no seio do “livre povo” de trabalhadores e empreendedores, cada qual um Fausto em potencial, destinado a conquistar sua liberdade pelo trabalho cotidiano e pela realização de suas ambições.

A morte do empresário original, o iniciador do desenvolvimento, de modo algum o condena, ainda que tenha cometido crimes. Sua tragédia pessoal não tem importância, pois seu legado está estabelecido e deu início a um *processo histórico*. Agora não pode mais ser interrompido, e nesse sentido venceu a transitoriedade e tornou-se imortal. É certo que ele pode, em certa altura de sua existência, se tornar obsoleto, como Filêmon e Baucis, e ter destino semelhante ao casal de anciãos. Triste para Fausto, mas não para os que virão a seguir ou para a empresa que ele iniciou, esta é a essência da “destruição criadora” que a tragédia pessoal de Fausto parece por vezes deixar escapar: a economia moderna posta em movimento adquire dinâmica própria, impessoal – é nesse sentido que seus protagonistas se tornam cegos –, inexorável e bem-sucedida. E os cadáveres que deixa pelo caminho, como a poluição, a desigualdade e a inflação, serão apenas resíduos, perfeitamente admissíveis, desculpáveis e inimputáveis, eis a tragédia.

Sem negar esse êxito *ex post* do ideal fáustico, e também o fracasso dos vaticínios marxistas e da alternativa socialista, há enorme e compreensível hesitação em identificar e reconhecer a inevitabilidade do progresso sem ressalvas na narrativa do *Fausto 2*. Tal é a força do politicamente correto. Como observa Alfredo Bosi: “O poeta parece contemplar através de lentes ríspidas todo o processo de desenvolvimento que se desenrola ante seus olhos com a força de uma necessidade histórica, trazendo consigo prepotência e júbilo, rastros de morte e triunfante vontade de poder.” Admitir a “razoabilidade” desse enredo seria “ceder sem resistência à ideologia (liberal-capitalista ou estatista) do progresso técnico a ser alcançado a qualquer custo, ora com o sacrifício do trabalhador, mero instrumento dos projetos fáusticos, ora por meio de violências cometidas contra a natureza e os seres ‘improdutivos’, como o velho casal

Filêmon e Baucis, cuja cabana, com suas tílias, agastava o olhar cobiçoso do inveterado pactário”.<sup>52</sup>

Nesse ponto chegamos à segunda das ilusões que assomam Fausto na beira do túmulo, como já foi definido: a de que não há culpa ou sequer a memória do que foi feito, ou a de que não importa o caminho que o levou até aquele ponto. Mais especificamente, trata-se das mediações que devem ocorrer no processo de desenvolvimento, que é redentor, mas há de ter limites.

É curioso que o assassinato de Filêmon e Baucis seja tão mais chocante e lamentado que o destino de Gretchen, também provocado por Fausto, e bastante mais cruel. Curioso, porém fácil de explicar. Hamlet produz muitos cadáveres, alguns de forma banal, como o de Polônio, outros de forma hedionda, como o suicídio de Ofélia, que em muito se assemelha ao destino de Gretchen. Mas nenhuma dessas mortes parece ser a imposição de um processo histórico como a do casal de anciãos.

As mortes ideológicas assombram muito mais o imaginário politicamente correto, talvez e sobretudo pelo fato de que *serão perdoadas pela própria lógica que as determina*. O assassinato de Filêmon e Baucis revela “um estilo de maldade caracteristicamente moderno: indireto, impessoal, mediado por complexas organizações e funções institucionais”.<sup>53</sup> Por isso mesmo está compreendido na lógica do sistema. Essa lógica, entendida como barganha fáustica, está muito presente na experiência contemporânea de desenvolvimento econômico. É o dia a dia da política econômica. A prosperidade material *pode* perfeitamente ter sido produzida por tirania, desigualdade, exploração do trabalho, escravidão, pilhagem, devastação ambiental ou pela inflação. A presença de Mefisto no processo de desenvolvimento econômico pode ser decisiva. São muitos os casos, talvez não se tenha mesmo exceção, e sempre deve haver crimes. A tragédia reside tanto na grande probabilidade de sucesso dos modelos mefistofélicos – inflacionários, ditatoriais, excludentes etc. – quanto na impunidade de seus meios.

---

<sup>52</sup> Bosi, 2010, p.207.

<sup>53</sup> Berman, 1987, p.67.

O ideal fáustico certamente encontrou no Brasil uma terra muito fértil, tal como nos países onde estão localizados os canais transcontinentais com que sonhava Goethe. Seguramente foi um lócus privilegiado para trabalhos que lembravam os do pactário, a começar pela bestialidade da colonização, pelo escravismo, os ciclos predatórios do açúcar e do café; passando pela construção de Brasília, no apogeu do industrialismo juscelinista, a capital simbólica da era fáustica; em seguida pelo milagre econômico produzido pela ditadura, chegando ao uso desmesurado da inflação como combustível para o desenvolvimento, ao menos até 1994.

Como resume Michael Jaeger, “contemplamos então a imensa história de sucesso do moderno ideal de movimentação, ao qual obedece agora toda a sociedade – ‘criança, adulto e ancião’ –, e esta é uma história de êxito não apenas no seu enredo dramático. Pois no *Fausto* de Goethe, em especial na segunda parte, podemos reconhecer também a expressão literária de nossa sociedade moderna, a prefiguração do ritmo vertiginoso das metrópoles contemporâneas, uma Brasília, por exemplo, erigida num esforço titânico em pouquíssimo tempo. Essa capital, aliás, poderia ter sido construída por Fausto, uma vez que não está distante de seu ideal desenvolvimentista, não seria estranha ao seu projeto colonizatório.”<sup>54</sup>

Curioso que se, por um lado, Fausto poderia ser uma espécie de patrono do desenvolvimentismo brasileiro, por outro, a recepção da tragédia, em particular em seus aspectos mais pertinentes à era moderna e ao desenvolvimento – vale dizer, no que respeita os conteúdos econômicos do *Fausto 2* –, tenha sido não apenas “modesta”, todavia também restrita ao popular e ao mágico, parecendo repercutir o *Fausto* de Marlowe muito mais que o de Goethe. Era como se não quiséssemos problematizar a era moderna, ou exaltar a marcha do progresso e a destruição criadora. Como bem observa Horst Nitschack, “o protótipo do indivíduo moderno, ... de quem Fausto pode ser visto como representante, não é o indivíduo representativo da cultura latino-americana”.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Jaeger, 2007, p.6-7.

<sup>55</sup> Nitschack, 2010, p.502.

Em vez do “homem fáustico” de Spengler, no Brasil reina o “homem cordial” de Sergio Buarque de Hollanda, incapaz de aceitar regras sociais objetivas, apegado ao ócio, movido pela afetividade numa sociedade hierarquizada e organizada sobre a troca de favores. Este homem não é chegado ao trabalho, como o acionista descrito por Machado de Assis, preocupado com seus dividendos e jamais com os divisores, o rentista por excelência. O Fausto schumpeteriano – como Mauá ou como Percival Facquar – é um transtorno nessa sociedade preguiçosa. “Sobrepujado por seus concorrentes conquistadores e ditadores, pícaros e embusteiros (Macunaíma, que nada tem de fáustico é um deles), o habitante de Macondo, os irmãos de Artêmio Cruz e Brás Cubas, e os inúmeros dramas e romances nos quais os protagonistas ... estão enredados nas histórias amorosas, familiares e melodramáticas.”<sup>56</sup>

Nesse ponto, vale observar que Marshall Berman, por outro caminho, talvez tenha solucionado o paradoxo do encaixe do mito de Fausto nos trópicos. Ele observa as simpatias de Goethe pelas publicações saint-simonianas e se vê levado a concluir que aspirações gigantes, como as relacionadas ao canal de Suez e do Panamá, estavam além da capacidade dos empresários de seu tempo, e por isso requereriam uma parceria mais ampla. Assim, Berman emprega o termo “modelo fáustico de desenvolvimento” para designar “*uma nova síntese histórica entre poder público e poder privado, simbolizada na união de Mefistófeles, o pirata e predador privado, que executa a maior parte do trabalho sujo, e Fausto, o administrador público, que concebe e dirige o trabalho como um todo*”. A despeito de diversos ensaios no século XIX, “é só no século XX que o modelo fáustico assume sua forma plena, emergindo de forma mais intensa no mundo capitalista, na proliferação de *autarquias públicas* e superagências concebidas para organizar imensos projetos de construção, sobretudo em transportes e energia: canais e ferrovias, pontes e rodovias, represas e sistemas de irrigação, usinas hidroelétricas, reatores nucleares, novas cidades e a exploração do espaço interplanetário.”<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Ibid., p. 509. Macondo é a cidade mágica onde se passa o *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Marques; Artêmio Cruz é um personagem do escritor mexicano Carlos Fuentes.

<sup>57</sup> Berman, 1978, p.71 e 73, grifos meus.

Assim posto, ou decomposto, fica sugerida a questão do papel do Estado no desenvolvimento sobretudo dos países que tiveram de enfrentar esse desafio depois da Inglaterra. O desenvolvimentismo a qualquer preço, ou em flagrante descuido de suas consequências sociais e ambientais, produzindo inflação, desigualdade e devastação ambiental, está em toda parte. No Brasil, em particular, os termos de troca entre desenvolvimento e estabilidade sofreram uma longa e tortuosa evolução histórica, passando pela hiperinflação e por planos econômicos piores que os males que procuravam suprimir.

O Fausto empreendedor, no Brasil, sofreu um processo de sincretismo ou de antropofagia, foi absorvido pelos locais e se tornou parte de nós. O desenvolvimentismo é uma fé consensual, uma ideia fundadora, e as grandes obras de inspiração fáustica estão em toda parte, não apenas no Brasil. “Todos nós carregamos *Fausto* sob a camisa como nosso mais íntimo e incômodo talismã”, diz Shattuck.<sup>58</sup> “O interminável canteiro de obras de Fausto é o chão vibrante porém inseguro sobre o qual devemos balizar e construir nossas vidas”, afirma Berman.<sup>59</sup>

Os planos nacionais de desenvolvimento, com suas autarquias, agências, conselhos e câmaras setoriais, iniciados por Juscelino Kubitschek e largamente ampliados pelos militares, hoje fazem parte da rotina orçamentária brasileira, são a nossa *normalidade*. Anualmente, o Congresso aprova o Plano Plurianual (conhecido como PPA), que institucionaliza os planos fáusticos e reúne obras e mais obras, projetos de todo tipo que cobrem o território nacional, sem que as novas administrações deixem de criar novos planos, novas combinações de projetos, competindo em ambição e na elaboração de seus sonhos de progresso.

Nós nos enganamos ao invocar a figura de Keynes como o patrono da doutrina que entroniza o gasto público e a iniciativa empreendedora do Estado como motores do crescimento brasileiro, ou Juscelino, ou qualquer dos economistas que se autodenominam desenvolvimentistas. O verdadeiro motivo, a

---

<sup>58</sup> Shattuck, 1998, p.113.

<sup>59</sup> Berman, 1978, p.84.

inspiração original e a verdadeira figura símbolo mora longe e raramente aparece, mormente em razão de sua sombra, seu lado negro e destrutivo: é Fausto.

Seria fácil finalizar reafirmando, à moda de Berman, e pela esquerda, que, neste país de homens cordiais, Mefisto está no setor privado, interessado apenas em seus próprios lucros e despreocupado com os custos do progresso; e Fausto no setor público, em posição honorífica, concursado e estável, funcionário público de coração puro. Ou talvez o contrário: Fausto é o empreendedor obcecado pela realização, a mola mestra do sistema, mas suas ambições encontram dificuldades, pois ele é constantemente achacado pela corrupção e pelo clientelismo de Mefisto, na posição de burocrata, dominando a regulação, as políticas e os favores emanados do setor público. Qualquer das duas combinações faz sentido, ou mesmo ambas. Não é necessário tomar partido, essa não é uma conduta goethiana.

A tragédia do desenvolvimento brasileiro não tem a ver com os quadrantes ideológicos da corrupção e do mal em cada contexto; mas reside no fato de o sucesso econômico ter absolvido os colonizadores e os escravocratas (na verdade, indenizamos os proprietários de escravos pela “desapropriação” de seu “ativo”), bem como os responsáveis pela desigualdade e pela hiperinflação (males modernos, impessoais, dos quais não conseguimos sequer nomear os culpados, mesmo os economistas que atacam a “ortodoxia”). E, genericamente, nos acostumamos com as atitudes benevolentes diante do político que “rouba mas faz”. Como se as perdas “socializadas”, para usar a linguagem de Celso Furtado, não tivessem autoria nem destinatário, e apenas se acrescentassem à entropia do país. Esta é a nossa tragédia.

## **Referências bibliográficas**

### **Obras de Goethe**

*Fausto, uma tragédia*”, parte I (tradução de Jenny Klabin Segall; apresentação, comentários e notas de Marcus Vinicius Mazzari). São Paulo, Editora 34, 2004.

*Fausto, uma tragédia*, parte II (tradução de Jenny Klabin Segall; apresentação, comentários e notas de Marcus Vinicius Mazzari). São Paulo, Editora 34, 2007.

*Fausto Zero*. São Paulo, Cosac & Naify, 2001.

### **Outras obras**

ARNDT, H.W. *Economic Development: The History of an Idea*. Chicago, The University of Chicago Press, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. São Paulo, 34, 2009.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1978.

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1995.

\_\_\_\_\_. *Gênio: os 100 autores mais criativos da história da literatura*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

BOENER, Peter. *Goethe*. Londres, Haus Publishing, 2005.

BOSI, Alfredo. “Lendo o *Segundo Fausto* de Goethe”. In \_\_\_\_\_. *Ideologia e contraideologia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p.203.

BRUNEL, Pierre. *Dicionário dos mitos literários*, 3ª ed. Brasília/Rio de Janeiro, Universidade de Brasília/ Editora José Olímpio, 2000.

CAMPOS, Haroldo de. *Deus e o diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo, Perspectiva, 1981.



- CARPEAUX, Otto Maria. “Prefácio”. In J.G. Goethe, *Fausto*, v.XV. Rio de Janeiro, W.M. Jackson Inc., 1970, Clássicos Jackson.
- CARTER, William H. “Goethe age economics in Faust II”. Disponível em: [http://econ.duke.edu/uploads/assets/Workshop%20Papers/HOPE/Goethe%20Age%20Economics%20in%20Faust%20II\\_W\\_H\\_Carter%20HOPE.pdf](http://econ.duke.edu/uploads/assets/Workshop%20Papers/HOPE/Goethe%20Age%20Economics%20in%20Faust%20II_W_H_Carter%20HOPE.pdf), s/d.
- CITATI, Pietro. *Goethe*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- COWEN, M.P. e R.W. Shenton. *Doctrines of Development*. Londres, Routledge, 1996.
- DOBSON, Michael e Stanley Wells (orgs.). *The Oxford Companion to Shakespeare*. Oxford, Oxford University Press, 2001.
- FETTER, Frank W. *The Development of British Monetary Orthodoxy, 1797-1875*. Cambridge, Augustus Kelley/Fairfield, 1978.
- FRANCO, Gustavo H.B. *O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, moeda e globalização*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O papel moeda e o câmbio: um discurso histórico de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Reler, 2005a.
- \_\_\_\_\_. “Auge e declínio do inflacionismo no Brasil”. In F. Giambiagi et al. (orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro, Campus, 2005b.
- \_\_\_\_\_. “Uma longa adolescência: fases da história monetária brasileira”. In *Idéias e conseqüências*. Porto Alegre, Editora Sulina/Instituto Liberdade, 2007.
- \_\_\_\_\_. “A economia de Shakespeare”. In *Shakespeare e a economia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- GAIER, Ulrich. “*Schwankende Gestalten: virtuality in Goethe’s Faust*”. In Schultze et al. (orgs.). *Goethe’s Faust: Theatre of Modernity*. Cambridge, Cambridge University Press,, 2011.
- GALLE, Helmut e Marcus Vinicius Mazzari (orgs.). *Fausto e a América Latina*. São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2010.

- GLEESON, Janet. *O inventor do papel: a verdadeira história do pai das finanças modernas*. Rio de Janeiro, Rocco, 2005.
- GRAY, Richard T. *Money Matters: Economics and the German Cultural Imagination, 1770-1850*. Seattle, University of Washington Press, 2008.
- GURR, Andrew. *Playgoing in Shakespeare's London*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- HARRIS, S.E. *The Assignats*. Cambridge, Harvard University Press, 1930.
- HAWTREY, R.G. *Currency and Credit*. Nova York, Arno Press, 1978.
- HOCKNEY, David. *O conhecimento secreto: redescobrimos as técnicas perdidas dos grandes mestres*. São Paulo, Cosac & Naify, 2001.
- HONAN, Park. *Christopher Marlowe, Poet & Spy*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- JAEGER, Michael. “A aposta de Fausto e o processo da modernidade: figurações da sociedade e da metrópole contemporâneas na tragédia de Goethe”. *Estudos Avançados*, v.21, n.59, jan-abr, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Calvário – pira funerária: o *Fausto* de Goethe ou perfeccionismo e melancolia”. In Galle e Mazzari, *Fausto e a América Latina*. São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2010.
- JANZ, Rolf-Peter. “Mephisto and the modernization of evil”. In Schultze et al. (orgs.). *Goethe's Faust: Theatre of Modernity*. Cambridge, Cambridge University Press, 2011.
- KINDLEBERGER, Charles P. *Manias, Panics and Crashes: A History of Financial Crises*. Nova York, Basic Books, 1989.
- LANDES, David. *Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present*. Cambridge, Cambridge University Press, 1969.
- LAW, John. *Money and Trade Considered with a Proposal for Supply the Nations with Money*. Nova York, Augustus M. Kelley Publishers, 1966 [1705].

- LOHMÜLLER, Torben. “Buscado pelo diabo: Fausto e o fascismo em Klaus e Thomas Mann”. In Galle e Mazzari (orgs.). *Fausto e a América Latina*. São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2010.
- LUKÁCS, Georg. *Goethe and his Age*. Nova York, Howard Fertig, 1978.
- MACKAY, Charles. *Extraordinary Popular Delusions and Madness of Crowds*. Nova York, Bonanza Books, 1980.
- MANN, Thomas. *The Story of a Novel: The Genesis of Doctor Faustus*. Nova York, Alfred A. Knopf, 1961.
- MARLOWE, Christopher. *A história trágica do doutor Fausto*. São Paulo, Hedra, 2006.
- NEGT, Oskar. “A carreira de Fausto”. In Galle e Mazzari (orgs.). *Fausto e a América Latina*. São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2010.
- NITSCHACK, Horst. “Em busca do sujeito fáustico na América Latina”. In Galle e Mazzari (orgs.). *Fausto e a América Latina*. São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2010.
- REINHART, Carmen M. e Kenneth S. Rogoff. *This Time is Different: A Panoramic View of Eight Centuries of Financial Folly*. Princeton, Princeton University Press, 2009.
- ROSENTHAL, Erwin Theodor. “O Fausto no Brasil”. In Galle e Mazzari (orgs.). *Fausto e a América Latina*. São Paulo, Humanitas/Fapesp, 2010.
- SCHULTE, Hans, John Noyes e Pia Kleber. *Goethe’s Faust: Theatre of Modernity*. Cambridge, Cambridge University Press, 2011.
- SCHUMPETER, Joseph A. “A resposta criadora na história econômica”. In F. Lucas (org.). *Economia e ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- SHAPIRO, James. *Contested Will: Who Wrote Shakespeare*. Nova York, Simon & Schuster, 2010.
- SHATTUCK, R. *O conhecimento proibido: de Prometeu à pornografia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

- SHELL, Mark. *Money, Language, and Thought: Literary and Philosophic Economies from the Medieval to the Modern Era*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1982.
- SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago, The University of Chicago Press, 1976 [trad. bras., *A riqueza das nações*, São Paulo, Martins Fontes, 2010].
- STEIN, Peter. “Directing *Faust*: an interview”. In Schultze et al., *Goethe’s Faust: Theatre of Modernity*. Cambridge, Cambridge University Press,, 2011
- TRIFFIN, Robert. *O sistema monetário internacional: ontem, hoje e amanhã*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972.
- VILLA, Dirceu. “Introdução”. In Marlowe, *A história trágica do doutor Fausto*. São Paulo, Hedra, 2006.
- WHITE, Andrew D. *Fiat Money Inflation in France: How it Came, What it Brought and How it Ended*. Imprensa particular de James Simpson, Chicago, 1933.
- WILSON, W. Daniel. “Diabolical entrapment: Mephisto, the angels and the homoerotic in Goethe’s *Faust II*”. In Schulte et al. *Goethe’s Faust: Theatre of Modernity*. Cambridge, Cambridge University Press, 2011.